

FALA PORTUGUÊS OU NÃO? INDÍCIOS DE UMA LÍNGUA PORTUGUESA DE TIMOR-LESTE EM PRÁTICAS SOCIODISCURSIVAS LOCAIS

Renata Franck Mendonça de Anunciação¹

Resumo: Apesar de as línguas portuguesas – assim como qualquer língua – terem certos registros alçados a variedades-padrão em cada país em que o português é língua oficial, as diferenças entre as suas variedades podem ser observadas não apenas nos aspectos formais dessas línguas (sintaxe e semântica, por exemplo) mas também nos modos de ser e de agir no mundo e de construir sentidos nessa língua (aspectos sociodiscursivos). Considerando a lógica semântica e pragmática de frases interrogativas polares e alternativas e seus padrões de respostas bem como a teoria sociodiscursiva da linguagem, o presente artigo tem por objetivo discutir algumas características do funcionamento sociopragmático de um português timorense, que o distingue de outras variantes do português. Para isso, foram analisadas três vinhetas narrativas em dois níveis: semântico-pragmático e discursivo. Os aspectos linguísticos e discursivos analisados exemplificam práticas discursivas em que a cultura interacional em língua portuguesa propriamente timorense emerge, diferenciando essa das outras variantes do português.

Palavras-chave: língua portuguesa; semântica da pergunta; teoria sociodiscursiva; variação linguística.

DO YOU SPEAK PORTUGUESE OR NOT? SIGNS OF A PORTUGUESE LANGUAGE FROM TIMOR-LESTE IN LOCAL SOCIO-DISCURSIVE PRACTICES

Abstract: Although Portuguese languages – as well as any other language – have certain registers raised to standard varieties in each country where Portuguese is the official language, the differences between their varieties can be observed not only in the formal aspects of these languages (syntax and semantics, for example) but also in the ways of being and acting in the world and of meaning making in that language (socio-discursive aspects). Considering the semantic and pragmatic logic of

¹ Leitora Brasileira na Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Doutoranda e Mestra em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp), Brasil. Licenciada em Língua Alemã e Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

polar and alternative interrogative sentences and their response patterns as well as the socio-discursive theory of language, this article aims to discuss some characteristics of the sociopragmatic functioning of a Timorese Portuguese, which distinguish it from other variants of Portuguese. For this, three narrative vignettes were analysed at two levels: semantic-pragmatic and discursive. The linguistic and discursive aspects analysed exemplify discursive practices in which a Timorese interactional culture in Portuguese emerges, differentiating this from other variants of Portuguese.

Keywords: Portuguese language; question semantics; socio-discursive theory; linguistic variation.

Nossa metáfora do caleidoscópio inclui o movimento da mão que move o objeto constantemente para posicioná-lo de acordo com a luz, para que se possa ver as imagens de forma nítida, mas sempre em mutação. Isso nos remete a um olhar sobre a língua(gem): não é possível entendê-la de modo “estático”, olhando apenas os pedaços e segmentos que constroem as formas descontextualizadas, fora do líquido que os movimentam/(des) organizam, longe da mão que gira o caleidoscópio e da luz que atravessa e (de)compõe a imagem e modula o brilho, a cor e a sombra. (César & Cavalcanti, 2007, p. 45).

ANTES DE TUDO, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Convém, em primeiro lugar, explicitar que esta análise de aspectos socio-pragmáticos da língua portuguesa em Timor-Leste é subjetiva – assumidamente não-neutra – e representa uma leitura a partir de meu lugar de fala como linguista aplicada, pesquisadora e *malae*² que se propõe a levantar questionamentos sobre a língua(gem) de uma comunidade de fala à qual não pertenço, mas que, como cientista, observo e analiso. Longe, portanto, de querer ser taxativa sobre o que é o *português timor*, proponho, respeitosamente, a discussão sobre o que observei como particularidades de práticas sociodiscursivas da variante da língua portuguesa falada em Timor-Leste. Agradeço à Professora Benvinda Lemos da Rosa Oliveira, M. Ling. e ao Professor Vicente Paulino, Ph.D., docentes da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e pela consultoria sobre a semântica do tétum.

² Estrangeiro(a) em tétum.

É necessário também situar epistemologicamente o argumento aqui proposto, em outras palavras, é necessário deixar clara qual é a teoria científica que o fundamentará. A presente discussão se insere no campo da Linguística Aplicada, mais especificamente da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita-Lopes, 2006), uma área que se propõe a estudar a língua(gem) em diálogo com outras áreas do conhecimento como a Antropologia, a Psicologia, o Direito, a Filosofia e tantas outras, para compreender questões relacionadas ao uso da língua(gem) como prática social (Clark, 2000), diferenciando-se, assim, da Linguística que se dedica ao estudo de aspectos formais da língua (Rojo, 2013). No presente artigo, propõe-se a interface entre os estudos da língua(gem) e os estudos culturais.

O LUGAR DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE

Cerca de 260 milhões de pessoas se comunicam em língua portuguesa no planeta. Diante desse número expressivo, seria incabível supor que esse idioma é igual em toda parte. Fabrício (2013) apresenta crítica contundente ao conceito de *lusofonia*, ao explicar que ele pretende retratar o conjunto dos países de língua oficial portuguesa (ex-colônias de Portugal) como um grupo coeso e culturalmente homogêneo de nações que se aglutinam ao redor de Portugal devido a um sentimento comum de pertencimento a uma comunidade. A autora, invocando Anderson (2008), afirma que tal noção de unidade é uma comunidade imaginada que simplifica relações complexas de poder, de ser e de saber, ao apagar as diferenças socioculturais e identitárias de povos da África, da América do Sul, da Ásia e da Europa, como se as práticas sociais e discursivas em língua portuguesa de cada país da *lusofonia* seguissem o mesmo padrão balizado pelo centro, que seria Portugal. A noção de *lusofonia* enquanto comunidade imaginada desconsidera, portanto, todos os processos de hibridização (Bhabha, 2012; Canclini, 2003) das práticas sociais de cada variedade da língua portuguesa (Fabrício, 2013).

O que distinguiria, então, uma variedade da outra? Não é necessário nenhum conhecimento extraordinário da Linguística para reconhecer as diferenças de aspectos fonético-fonológicos, sintáticos, semânticos e também

pragmáticos entre as variedades da língua portuguesa. Dentre essas variedades, há algumas que já passaram por processos mais intensos de *gramatização* (Auroux, 1992; Zoppi-Fontana, 2007; Diniz, 2012) – nomeadamente as variantes europeia e brasileira – e outras que só recentemente começaram a ser descritas. Esse é o caso da língua portuguesa em Timor-Leste que voltou a ter *status* de língua oficial somente com a Restauração da Independência em 2002, após longos anos de luta contra a invasão indonésia.

Logo após a Declaração de Independência de Portugal, em 1975, Timor-Leste foi invadido e anexado pela Indonésia. Durante a ocupação, que durou aproximadamente 20 anos, o uso da língua portuguesa foi proibido em todo território e a língua indonésia foi instituída como língua oficial. Quem insistisse em se comunicar em português, era punido pelas forças de ocupação, pois esse idioma se tornou a língua de comunicação da resistência (Carneiro, 2013). Assim, aos poucos, a língua portuguesa deixou de fazer parte do repertório linguístico da maioria da população, tendo sido reinstituída como língua cooficial de Timor-Leste na Restauração da Independência em 2002 (Timor-Leste, 2002).

No momento em que escrevo este artigo, quase 20 anos após a Restauração da Independência, a paisagem linguística (Blommaert, 2013) desta meia ilha, de população estimada em 1 milhão e setecentos mil habitantes e 16 línguas nacionais (línguas maternas), se complexificou com a chegada de trabalhadores migrantes de diversos setores e nacionalidades, conhecidos localmente como *malae*. Assim, circulam aqui muitas línguas além do tétum e do português (línguas cooficiais), sobretudo na capital, Díli, onde se concentra a maioria desses trabalhadores transnacionais. É bastante comum, por exemplo, ser atendido em língua indonésia e inglês em estabelecimentos comerciais. É possível também ouvir, nas ruas, chinês, coreano, alemão, diferentes variantes do português e outras línguas faladas pela comunidade migrante.

Nesse contexto plurilíngue, o português é língua cooficial ao lado do tétum, sendo também, por força da lei (Lei n.º 14/2008, art. 8º), a língua de ensino do sistema educacional timorense. Como usualmente ocorre com as políticas linguísticas *top-down* (Hornberger & Johnson 2007), a implementação dessa lei enfrenta algumas dificuldades. Mesmo na Universidade Nacional Timor Lorosa'e,

as aulas são ministradas majoritariamente em língua tétum, visto que nem alunos nem professores, salvo exceções daqueles que estudaram na Escola Portuguesa de Díli (no caso dos alunos) e no Brasil e em Portugal (no caso dos docentes), têm proficiência suficiente para desempenhar atividades acadêmicas 100% em língua portuguesa. Mesmo não fazendo parte do escopo deste artigo discutir essas questões, julgo ser pertinente apontá-las, para que se possa contextualizar o espaço que a língua portuguesa ocupa nas práticas sociodiscursivas timorenses atualmente³.

Quando assumi o cargo de Leitora Brasileira na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, em 2019, ouvi de alguns colegas ainda não ser possível afirmar que existe um *português timor*. No que se refere aos aspectos formais da língua (fonética, fonologia sintaxe e semântica), há de se considerar que, diante da recente reinserção da língua portuguesa como língua cooficial de Timor-Leste, ainda pode ser cedo para afirmar a existência de uma língua portuguesa timorense padrão, visto que poucos timorenses têm proficiência para desempenhar práticas discursivas que requerem um nível avançado nessa língua como, por exemplo, as atividades profissionais.

No presente artigo, contudo, irei me concentrar na descrição e na análise sociopragmática de como timorenses fazem uso distinto de frases interrogativas alternativas e de frases interrogativas polares com negação em língua portuguesa, o qual indicia, muito embora ainda de maneira incipiente, que existe, sim, *português timor*⁴. Proponho, portanto, uma reflexão sobre o que tenho observado como práticas sociodiscursivas do português falado em Timor-Leste – o *português timor* –, que o diferenciam das práticas de uso da linguagem em outras variantes dessa língua.

A PROFESSORA JÁ CORRIGIU O MEU TEXTO, OU NÃO?

Logo que comecei a desenvolver relações interpessoais mais próximas com colegas timorenses, observei que, não obstante o português falado por eles guardasse semelhanças com o português europeu, muitas de suas prá-

³ Para uma contextualização do multilinguismo timorense, ler Carneiro (2013).

⁴ Este artigo foi inspirado pela discussão proposta por Maher (1998) acerca do “português índio”, isto é, a língua portuguesa usada por indígenas brasileiros em suas práticas sociais.

ticas sociodiscursivas em língua portuguesa eram as mesmas utilizadas por eles em língua tétum, indiciando, portanto, que o uso da linguagem (Clark, 2000) em ambas as línguas seria balizado pelas construções culturais timorenses. A influência da língua portuguesa na língua tétum é evidenciada, por exemplo, em inúmeros empréstimos lexicais como *servisu*, *deskulpa*, *bondia*, *avizu*, *apoiu*, contudo, quando em contato, a influência de uma língua sobre a outra não é um fenômeno unilateral (Cox & Assis-Peterson, 2007). Assim, no contato da língua tétum com a língua portuguesa nas práticas discursivas cotidianas, o português também sofre miscigenação e assume características da(s) língua(s) local(is). Não me refiro aqui somente a características formais da língua: vocabulário, estrutura de frases, conjugação de verbos, pronúncia. Refiro-me também a *comportamentos sociopragmáticos* (Maher, 1998) timorenses que foram, por assim dizer, transferidos das práticas sociais realizadas nas línguas nacionais para as práticas sociais realizadas em língua portuguesa. A fim de exemplificar o que estou chamando de *comportamentos sociopragmáticos* do português timor, recorro a três vinhetas narrativas (Mattos, 2011) que reconstroem três situações interacionais em que essa sociopragmática ficou bastante evidente.

VINHETA NARRATIVA 1

Já era fim da tarde, quando recebi um e-mail de um dos meus alunos do curso de escrita acadêmica em Português como Língua não Materna na Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. No e-mail, o aluno perguntava se eu já havia corrigido o texto enviado em outro e-mail, alguns dias antes. O texto foi este e aqui se manteve a grafia original:

Boa noite, Professora, tudo bem?
A professora já corrigiu o meu texto ou não?
Com os melhores cumprimentos
João S.⁵

⁵ Nome fictício para preservar a identidade do estudante.

Esse aluno sempre foi muito cortês e participativo nas aulas e mantém essa cordialidade em grande parte no texto do e-mail – notadamente, no uso do vocativo e na despedida –, porém, o tom da sua pergunta me provocou um *mal-estar interacional* (Maher, 1998) pois me senti cobrada por ainda não ter corrigido o seu texto.

VINHETA NARRATIVA 2

Tive sentimento semelhante de incômodo e de cobrança quando outro aluno igualmente cortês e participativo, querendo confirmar o horário da aula online, enviou a seguinte mensagem no grupo de WhatsApp da turma, dez minutos antes do horário usual da aula:

- Boa tarde à Professora e aos meus companheiros Timorenses!
Hoje temos encontro ou não?

Assim como na primeira situação interacional descrita, a mensagem do aluno apresenta marcas discursivas de cordialidade indiciadas no fato de a interação ter sido iniciada com um caloroso cumprimento à professora e aos colegas, destacando as palavras “Professora” e “Timorenses” com letra maiúscula e utilizando um ponto de exclamação ao final da frase. Por que razão, então, me senti igualmente incomodada com a pergunta feita por esse aluno?

Em ambas as situações descritas, eu estava em dia com as minhas obrigações profissionais, não havendo, portanto, a necessidade de os estudantes fazerem essas perguntas de maneira, a meu ver, um tanto agressiva. Além disso, a linguagem utilizada pelos dois não coincidia com o comportamento respeitoso que ambos sempre haviam demonstrado em relação a mim. Refletindo sobre o que me teria causado tanto incômodo nessas interações com meus alunos, concluí que havia sido o uso da expressão “ou não” no final de suas perguntas, me passando a sensação de estar sendo cobrada, colocada contra a parede. Concluí também que, para um falante de português timorense, tal expressão provavelmente não tivesse o mesmo

significado que tem para um falante brasileiro. Dito de outra forma: em Timor-Leste, a sociopragmática do uso da expressão “ou não” não seria equivalente à do Brasil.

FRASES INTERROGATIVAS ALTERNATIVAS: O *CORNERING EFFECT*

Para compreender o significado sociopragmático atribuído por brasileiros e timorenses à expressão “ou não”, proponho uma brevíssima análise semântica dessa expressão na língua tétum, visto que o objetivo deste artigo é apresentar uma análise discursiva e não uma análise da materialidade linguística das interações descritas nas vinhetas anteriormente mostradas. Com um conhecimento bastante elementar de tétum, é possível afirmar que a expressão “ou não” é uma tradução direta da expressão *ka lae*, utilizada em frases interrogativas alternativas – cuja resposta é sim ou não – do tétum, como se pode observar nos exemplos abaixo:

(1) *Ita hemu cha, ka lae?*

Você toma chá, ou não?

(2) *Ita hakarak sosa hahan iha ne'e, ka lae?*

Você quer comprar comida aqui, ou não?

Ambas as perguntas (1) e (2) repetem o padrão sintático das perguntas que me foram feitas pelos dois estudantes:

(3) A professora já corrigiu o meu texto ou não?

Professora halo ona koreksaun ba hau nia testu ka seidauk⁶?

(4) Hoje temos encontro ou não?

Ohin ita iha enkontru ka lae?

Essa comparação, contudo, não é suficiente para explicar minha percepção de que as perguntas dos alunos foram agressivas. O que explica tal

⁶ *Ka seidauk*: ainda não. Equivale a *ka lae* em frases interrogativas alternativas no passado.

percepção é o que Biezma chamou de *cornering effect*. A autora conduziu experimentos de percepção linguística em que falantes de inglês foram perguntados sobre qual desses dois tipos de frase interrogativa eles escolheriam para obter informações importantes e para encerrar uma conversa (Biezma, 2009, p. 29):

- (5) *Do you want a beer?* [frase interrogativa polar⁷]
Você quer uma cerveja?
- (6) *Do you want a beer **or not**?* [frase interrogativa alternativa]
Você quer uma cerveja **ou não**?

De acordo com os resultados obtidos, 65,4% dos participantes preferiram o uso de frases interrogativas alternativas (6), confirmando, assim, a hipótese da pesquisadora de que, em inglês, esse tipo de frase é utilizado quando um dos interlocutores deseja confirmar uma informação para encerrar a conversa. Diante dos resultados desse experimento, Biezma (2009) concluiu que frases interrogativas alternativas em inglês causam o que ela chamou de *cornering effect* – o efeito de pressionar alguém ao insistir em obter uma resposta para encerrar uma conversa.

Na variante brasileira do português (PB), frases interrogativas alternativas terminadas com a expressão *ou não* produzem esse mesmo efeito de pressionar o interlocutor a dar uma resposta definitiva que encerre o assunto da conversa⁸. Em tétum, por sua vez, frases interrogativas alternativas terminadas em *ka lae* expressam, de fato, uma dúvida, sem qualquer intenção de pressionar o interlocutor. Assim, a meu ver, seria possível dizer que, ao utilizar frases como as exemplificadas em (3) e (4), um falante timorense de língua portuguesa está expressando uma dúvida genuína a seu interlocutor, tendo por objetivo apenas esclarecê-la. No plano semântico, o que explica, portanto, minha percepção como falante de português brasileiro de que os alunos estavam me pressionando é o fato de que as frases interrogativas alternativas têm funções diferentes em PB (minha língua materna) e em tétum (língua materna dos alunos).

⁷ A frase interrogativa polar é uma pergunta cuja resposta é sim ou não, porém se diferencia da frase interrogativa alternativa por não apresentar alternativas em seu enunciado (Biezma, 2009; Vander Klok, 2018).

⁸ A fim de evitar generalizações sobre outras variedades da língua portuguesa, vou restringir minha análise às variedades timorense e brasileira apenas.

SIM QUE NÃO: A RESPOSTA AFIRMATIVA PARA PERGUNTAS COM NEGAÇÃO

Outra situação interacional com falantes timorenses de língua portuguesa que sempre me causa estranhamento é a situação que descreverei a seguir e que já me aconteceu algumas vezes.

VINHETA NARRATIVA 3

Era o início da aula de língua portuguesa em uma turma de graduação da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, e eu fazia a tradicional chamada. Percorria a lista de nomes em ordem alfabética e chamava-os um a um, recebendo a confirmação do aluno ou da aluna de que estavam presentes, até chamar o nome de Domingas X.⁹.

- A Domingas X. não veio hoje?
- Sim, professora.
- Cadê¹⁰ a Domingas?
- Não veio, professora.

Situações de uso da língua(gem) semelhantes a essa continuam a me confundir mesmo depois de dois anos interagindo com falantes timorenses de língua portuguesa. Como falante de português brasileiro, a resposta esperada a minha pergunta “A Domingas X. não veio?” seria a confirmação – “Não. [ela não veio]” – de que ela havia, de fato, faltado à aula. Quando os colegas de classe respondem “Sim, professora.” – contrariando minha expectativa de que Domingas tivesse faltado –, começo a procurar a aluna e a perguntar onde ela está. Como resposta a minha segunda pergunta – “Cadê a Domingas?” –, recebo a resposta negativa “Não veio, professora.”

Quando enuncio a frase interrogativa polar com negação “A Domingas X. não veio hoje?”, os alunos respondem com uma afirmação discordante

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Expressão do português brasileiro que significa “onde está?”.

“sim, professora [ela não veio]”. Tal resposta – afirmação discordante – não é aceitável no português brasileiro. Nas frases polares com negação do português brasileiro, as respostas mais aceitáveis seriam a repetição do verbo principal (7-B-a) ou do verbo auxiliar (8-B-a) – ou modal – em respostas afirmativas discordantes ou o uso da palavra “não” em respostas negativas concordantes.

(7) A: Você não tomou o café?

B: a. Tomei. [= sim, tomei o café] [afirmação discordante]

b. Não. [= não tomei o café] [negação concordante]

(8) A: Você não quer tomar um café?

B: a. Quero. [= sim, quero tomar um café] [afirmação discordante]

b. Não. [= não, quero tomar um café] [negação concordante]

Martins (2016) explica que as línguas empregam estruturas diferentes para responder às frases interrogativas polares (interrogativas com resposta sim-não)¹¹ e propõe uma análise do sistema de respostas a interrogativas polares (do par afirmação/negação) em diferentes línguas. Ao comparar as respostas a frases interrogativas polares em alemão e o francês, japonês e português, Martins (2016) conclui que o português não diferencia afirmação concordante de afirmação discordante, como mostram os dados apresentados pela autora (p. 584, adaptado, ênfase adicionada):

Francês

(9) A: *Est-ce qu’il viendra?*

‘Ele virá?’

B: **Oui**, *il viendra*. [afirmação **concordante**]

‘Sim, virá.’

¹¹ Citando as quatro categorias de Pope (1976) sobre o sistema responsivo de uma língua – a) afirmação concordante; b) afirmação discordante; c) negação concordante; d) negação discordante –, Martins (2016) analisa quando cada uma das quatro categorias é utilizada para respostas a frases interrogativas polares em diferentes línguas, notadamente inglês, japonês, francês, alemão e português europeu. No presente artigo, vou centrar a discussão apenas nas respostas afirmativas discordantes, ou seja, as respostas “sim” para discordar de uma frase interrogativa polar com negação.

(10) A: *Est-ce qu'il ne viendra pas?*

‘Ele não virá?’

B: **Si**, *il viendra.*

[afirmação **discordante**]

‘[inversão], virá.’

Alemão

(11) A: *Ist er da?*

‘Ele está aqui?’

B: **Ja**, *er ist da.*

[afirmação **concordante**]

‘Sim, ele está aqui.’

(12) A: *Ist er nicht da?*

‘Ele não está aqui?’

B: **Doch**, *er ist da.*

[afirmação **discordante**]

‘[inversão], ele está aqui.’

Japonês

(13) A: *Kyoo-wa atu-I des-u ne.*

‘Está calor hoje, não está?’

B: **Hai**, *soo des-u ne.*

[afirmação **concordante**]

‘[confirmação], está calor hoje.’

(14) A: *Kyoo-wa atuku-na-I des-u ne.*

‘Não está calor hoje, pois não?’

B: **Iie**, *kyoo-wa atu-I des-u*

[afirmação **discordante**]

‘[inversão], está calor hoje.’

Note-se que nos exemplos acima expostos (Martins, 2016, p. 584), há dois padrões de pergunta – ou de frase interrogativa polar –, cada qual com um padrão específico de resposta afirmativa. Conforme conceituação de Vander Klok (2018), as ocorrências (7), (9) e (11) são frases *interrogativas polares neutras* – permitem uma resposta “sim” ou “não”, sem expectativa de que a resposta seja uma ou outra. As ocorrências (8), (10) e (12) são

frases *interrogativas polares não neutras*, isto é, a pessoa que faz a pergunta busca confirmar uma informação. Quando perguntei aos meus alunos “A Domingas X. não veio?”, esperava a confirmação de que ela não tinha vindo à aula. Esperava uma resposta não neutra, isto é, uma resposta negativa concordante: “Não, ela não veio”. Recebi, porém, uma resposta afirmativa discordante: “Sim, professora [ela não veio]”.

Isso ocorre porque, em tétum – como no alemão, no francês e no japonês –, diante de uma frase interrogativa polar com negação como “A Domingas X. **não veio?**”, a resposta esperada é afirmativa discordante: “Sim [= ela não veio]”, como se pode observar no exemplo abaixo:

- (15) A: *Domingas la mai?* [frase interrogativa polar com negação]
A Domingas não veio?
B: *Sin/ loos.*¹² [afirmativa discordante]
Sim, ela não veio.

É provável que nesse caso, o mal-entendido interacional ocorra porque a língua tétum não tem palavras diferentes para distinguir afirmações concordantes de afirmações discordantes, ao contrário do alemão (*ja/doch*), do francês (*oui/si*) e do japonês (*hai/iie*) que fazem essa distinção.

Aprofundando um pouco mais a análise, pela lógica semântica do tétum, caso eu estivesse mesmo em dúvida se Domingas estava presente ou não na sala de aula, eu teria que formular uma frase interrogativa alternativa, utilizando *ka lae*, como expliquei no caso das vinhetas 1 e 2, não havendo, no caso, expectativa de a resposta ser afirmativa ou negativa:

- (16) A: *Domingas mai ka lae?*
A Domingas vem?
B: a. *Sin/loos.* [Sim, ela vem]
b. *Lae.* [Não, ela não vem]
c. *Parese ke sei iha dalan.* [Talvez ela esteja a caminho]

¹² *Sin* e *loos* são sinônimos, sendo que o primeiro é empréstimo do português.

Pode-se dizer, então, que, ao não seguir a lógica semântica de uma dada língua portuguesa padrão para a negação concordante (Martins, 2016), o *português timor* se aproxima semanticamente de outras línguas, caracterizando uma variedade específica da língua portuguesa no nível semântico e pragmático.

A análise semântica das interações apresentadas nas vinhetas 1, 2 e 3 explica a materialidade linguística dos mal-entendidos entre falantes de variantes diferentes da mesma língua – no caso descrito, do português timor e do português brasileiro –, todavia é possível analisá-las também em uma perspectiva discursiva, como explicarei na sequência.

O MAL-ESTAR INTERACIONAL

Em relação ao plano sociodiscursivo, Niederauer (2012, p. 85) explica que o *mal-estar interacional* ocorre quando “uma palavra, uma estrutura gramatical, uma expressão (idiomática ou convencional), um enunciado ou uma situação são interpretados de forma divergente numa interação, e os/as interagentes, por sua vez, mantêm uma falsa ideia, temporária ou permanente, de intercompreensão”. A autora argumenta ainda que esses mal-entendidos são uma “interpretação equivocada do que o locutor nativo enunciou, [que] se deve à incompatibilidade de modelos interacionais e de pressupostos culturais específicos que norteiam essa situação comunicativa” (2012, p. 93).

Note-se que, nas interações (3) e (4), o mal-entendido se dá pela transposição do *comportamento sociopragmático* (Maher, 1998) das interações em língua tétum para as interações em língua portuguesa. Dito de outra forma: quando os modelos interacionais de uma língua são transpostos para outra sem que os participantes da interação saibam que esses modelos não são correspondentes diretos na língua comum a ambos, poderá haver mal-entendidos interacionais, pois cada participante da interação estará interagindo a partir de um modelo interacional diferente.

Maher (1998) descreveu uma experiência de choque de modelos interacionais quando ela ministrava um curso de formação no Acre – estado localizado no norte do Brasil, em território amazônico – para professores

indígenas¹³ de língua portuguesa do povo Apurinã. A partir de uma dinâmica de aula, a autora constatou que, não obstante os professores em formação estivessem falando um português perfeitamente compreensível do ponto de vista da materialidade linguística, a pesquisadora não compreendia a razão de eles usarem certas palavras e expressões como as usavam naquele contexto, isto é, ela não compreendia o comportamento sociodiscursivo do povo Apurinã. Maher (1998, p. 117) argumenta que “é o discurso, isto é, a linguagem em uso, e não qualquer materialidade linguística específica [...] quem cria e faz circular o sentido ‘ser índio’”.

Maher (1998) relata o desconforto e a impaciência – um *mal-estar interacional* – que ela e os professores Apurinã sentiram por não compreenderem o comportamento sociodiscursivo do outro. A autora problematiza:

O que acontecera? Minha avaliação é que todos nós, naquele momento, percebemos que estávamos lidando com algo que transcendia meras diferenças linguísticas regionais: estavam em jogo questões profundamente ligadas à identidade indígena. O desconforto dos professores Apurinã pareceu-me consequência do fato de terem sentido que uma das fronteiras de identificação por eles delimitada para distingui-los do não-índio, de mim, adveio do *insight* constrangedor de que eles interpretavam minha ação como uma tentativa, desautorizada, de intrusão em seu modo de ser. (Maher, 1998, p. 121).

Após analisar as interações entre ela e os professores Apurinã, Maher concluiu que o mal-estar interacional foi gerado porque, assim como ela desconhecia a *cultura interacional* dos Apurinã em língua portuguesa, eles desconheciam a cultura interacional não-indígena nessa mesma língua.

A cultura interacional é forjada na interseção entre língua, cultura e identidade, como explicam César e Cavalcanti (2007, p. 45) na epígrafe deste artigo, em que as autoras comparam os diferentes usos da língua(gem) a um

¹³ Pessoas pertencentes aos povos originários das Américas. Quando os portugueses ocuparam o território hoje conhecido como Brasil em 1500, estima-se que havia cerca de 3 milhões de indígenas de diferentes etnias, espalhados em aldeias naquela terra (Fundação Nacional do Índio [FUNAI], s.d.). Desde então, essas populações têm sofrido reiteradas violências físicas e simbólicas, razão pela qual registraram-se, no último censo, pouco mais de 800 mil indígenas, dos quais 17% não falam a língua portuguesa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2012).

caleidoscópio: a imagem que forma, depende de quem maneja o caleidoscópio, com qual velocidade, a favor ou contra a luz. O mesmo ocorre com o uso da língua(gem) como prática social. A cultura interacional de um falante ou de um grupo de falantes não é determinada somente pela língua usada na interação. A construção de sentido durante a interação depende de fatores que extrapolam a materialidade linguística. É a combinação entre língua e fatores culturais e identitários (gênero, idade, nacionalidade, etnia, por exemplo) dos participantes que determina como e quais sentidos são construídos durante uma interação. Assim como a imagem do caleidoscópio que depende de fatores externos ao objeto para se configurar, os sentidos atribuídos à interação pelos falantes mudam conforme quem está envolvido nela.

Retomando a experiência com meus alunos, quando recebi as mensagens dos alunos – vinhetas 1 e 2 –, achei-as extremamente desagradáveis. Apesar de estarem escritas em língua portuguesa, logo que as li, percebi que elas não faziam sentido para mim, pois não seguiam o padrão interacional que eu costumava ter com os alunos que as escreveram: sempre cordiais e respeitosos. De igual forma, na vinheta 3, os alunos e eu estávamos nos comunicando na nossa língua comum – o português –, mesmo assim tive dificuldade para entender que a Domingas tinha faltado àquela aula. Os mal-entendidos interacionais não ocorreram somente por causa do uso da expressão “ou não” em uma forma diferente da que ela é usada na variante da língua portuguesa que eu falo ou por causa de uma resposta incomum a uma pergunta. Eles ocorreram também devido ao desconhecimento – meu e dos alunos – da cultura interacional da variante do português do outro.

Nesse sentido, é bastante provável que se as interações descritas nas vinhetas 1, 2 e 3 tivessem ocorrido entre timorenses falantes de português, nenhum dos participantes teria experienciado o mal-estar interacional. Nenhum deles se sentiria pressionado, como descrevi nas vinhetas 1 e 2, nem ficaria confuso ao perguntar se Domingas estava na sala de aula. É provável, inclusive, que nenhum deles sequer notasse que esse uso da língua portuguesa é *propriamente timorense*, pois é pautado por uma cultura interacional própria que a diferencia de outras variantes do português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reinserção da língua portuguesa em Timor-Leste ainda é recente, contudo, já se delineiam características de uma variedade timorense do português. Neste artigo, analisei algumas dessas características que pude identificar durante minhas interações com falantes timorenses de língua portuguesa. É necessário ressaltar que essa análise, feita por uma pesquisadora *malae*, visa contribuir para a descrição, que vem sendo realizada, dessa variedade do português, não pretendendo ser taxativa em nenhum dos aspectos nela apontados.

A análise semântico-pragmática e sociodiscursiva de três vinhetas que narram interações entre falantes timorenses de português e mim – falante brasileira de português – indicou que a falta de conhecimento da lógica semântico-pragmática e sociodiscursiva da variante do português falada pelo outro é a causa de mal-entendidos interacionais. Tais mal-entendidos ocorrem porque, quando timorenses e brasileiros se comunicam em português, o fazem a partir de culturas interacionais – sociopragmáticas – distintas, constituídas na interseção entre língua, cultura e identidade e que extrapolam a materialidade linguística.

Diante do que foi discutido neste artigo, reitero: há um *português timor*. Parodiando a célebre fala de José Saramago¹⁴ no documentário *Língua: vidas em português* (Lopes, 2004), com certeza não há uma língua portuguesa, há línguas em português e cada uma delas tem suas próprias práticas sociais que pautam uma cultura interacional específica da variante de língua portuguesa falada por cada comunidade. Ao contrário do que advogam defensores de padrões hegemônicos e homogeneizantes de uso de uma língua portuguesa, ela não é um corpo, unitário, compacto. Talvez ela seja mesmo um caleidoscópio (César & Cavalcanti, 2007), cujos mosaicos são formados a partir de práticas sociodiscursivas locais e hibridizadas de cada uma de suas variantes.

¹⁴ Fala de José Saramago no documentário *Língua: vidas em português* (Lopes, 2003): “Quase me apetece dizer que não há uma língua portuguesa, há línguas em português. É uma língua que tinha que passar, inevitavelmente, por transformações, segundo os lugares onde a falam, as culturas e as influências. Mas isso não tira nada a evidência de que se trata do corpo da língua portuguesa. É um corpo espalhado pelo mundo.”

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Auroux, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Unicamp.
- Bhabha, H. (2012). *O local da cultura*. Editora UFMG.
- Biezma, M. (2009). Alternative vs polar questions: The cornering effect. In: *Semantics and linguistic theory*. pp. 37-54.
- Blommaert, J. (2013). *Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes*. Multilingual Matters.
- Canclini, N. G. (2003). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. EDUSP
- Carneiro, A. S. R. (2013). Conflitos em torno da (des)construção da(s) língua(s) legítima(s): a situação da língua portuguesa no contexto multilíngue de Timor-Leste. In: Moita-Lopes, L. P. (Org.) *Português no século XXI: ideologias linguísticas*. Parábola, pp. 192-218.
- César, A. & Cavalcanti, M.C. (2007). Do Singular para o Multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: Cavalcanti, M. C. & Bortoni-Ricardo, M. S. (Orgs.) *Transculturalidade, Linguagem e educação*. Mercado de Letras, pp. 45-66.
- Clark, H. H. (2000). O uso da linguagem. *Cadernos de tradução*, 9, pp. 49-71.
- Cox, M. I. P. & Assis-Peterson, A. A. (2007). Transculturalidade & Transglossia: para compreender o fenômeno das fricções linguístico-culturais em sociedades contemporâneas sem nostalgia. In: Cavalcanti, M. C. & Bortoni-Ricardo, M. S. (Orgs.), *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Mercado de Letras, pp. 23-43.
- Diniz, L. R. A. (2012). *Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem].
- Fabício, B. F. (2013). A outridade lusófona em tempos de globalização:

identidade cultural como potencial semiótico. In: Moita-Lopes, L. P. (Org.) *Português no século XXI: ideologias linguísticas*. Parábola, pp. 144-168.

Fundação Nacional do Índio. (s.d.). *Índios no Brasil: quem são*. Consultado em maio, 28, 2021, em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>.

Hornberger, N. H., & Johnson, D. C. (2007). Slicing the onion ethnographically: Layers and spaces in multilingual language education policy and practice. *Tesol Quarterly*, 41, n. 3, pp. 509-532.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2012). *Censo Demográfico 2010*.

Lopes, V. (Diretor), (2004). *Língua: vidas em português*. [Documentário]. Rio de Janeiro: Riofilme.

Maher, T. M. (1998). Sendo índio em português. *Língua*, 18, pp. 115-138.

Martins, A. (2016). O sistema responsivo: padrões de resposta a interrogativas polares e a asserções. In: Martins, A., & Carrilho, E. (Ed.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 581-609). <https://doi.org/10.1515/9783110368840-024>

Mattos, C. L. G. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. In: Mattos, C. L. G., & Castro, P A., (Orgs.) *Etnografia e educação: conceitos e usos* EDUEPB, pp. 49-83.

Moita-Lopes, L. P. (2006). Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: Interrogando o campo como linguista aplicado. In: Moita-Lopes, L. P. (Orgs.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. Parábola, pp. 13-44.

Niederauer, M. (2012). Vamos almoçar? Línguas e culturas: com tato. *PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 21(esp.), pp. 83-99.

Pope, E. N. (1976). *Questions and Answers in English*. The Hague/Paris, Mouton

Rojo, R. H. R. (2013). Caminhos para a LA: Política linguística, política e globalização. In: Nicolaides, C., & Da Silva, K. A., & Tilio, R., & Rocha, C. H. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Pontes, pp. 63-78.

Timor-Leste. (2002). Constituição. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*: promulgada em 20 de maio de 2002.

Timor-Leste. (2008). Lei n. 14 de 29 de outubro de 2008. *Dispõe sobre as Bases*

da Educação. Lex: Jornal da República, Díli, Timor-Leste, Série I, n. 40, p. 2641-2648.

Vander Klok, J. M. (2018). Types of polar questions in Javanese. *NUSA: Linguistic studies of languages in and around Indonesia*.

Zoppi-Fontana, M. G. (2007). A língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados In: *Simpósio Internacional de Comunicação Social*, 10, 2007, Santiago de Cuba. ACTAS-1... Santiago de Cuba: Centro de Linguística Aplicada, 1, pp. 316-321.